

Lição 7: Discussão de dois erros — exclusão do primeiro

“b5. Alguns sustentam que, por — b8. A primeira escola — b15. O outro grupo concorda — b18. Nossa própria doutrina é que

Após determinar sobre o conhecimento dos princípios da demonstração, o Filósofo agora exclui os erros que surgiram dessas determinações. Sobre isso, ele faz três coisas. Primeiro, ele expõe os erros. Segundo, as razões pelas quais erraram (72b8). Terceiro, ele remove as raízes dessas razões (72b18).

Ele diz, portanto, primeiro (72b5), que dois erros contrários surgiram de uma das verdades estabelecidas acima. Pois foi estabelecido acima que os princípios da demonstração devem ser conhecidos e devem ser ainda mais conhecidos. Mas o primeiro destes é suficiente para nosso propósito. Pois alguns, baseando-se nesta primeira afirmação, passaram a acreditar que não há ciência de coisa alguma, enquanto outros acreditam que há ciência, até mesmo ao ponto de acreditar que há ciência de tudo por meio da demonstração. Mas nenhuma dessas posições é verdadeira e nenhuma decorre necessariamente de suas razões.

Então (72b8), ele apresenta as razões pelas quais caíram nesses erros. E primeiro de tudo, ele apresenta a razão dada por aqueles que dizem que não há ciência, e é esta: Os princípios da demonstração ou prosseguem ao infinito ou há uma parada em algum lugar. Mas se há um processo ao infinito, nada nesse processo pode ser tomado como sendo primeiro, porque não se pode esgotar uma série infinita e alcançar o que é primeiro. Consequentemente, não é possível conhecer o que é primeiro. (Eles estão corretos ao argumentar assim, pois as coisas posteriores não podem ser conhecidas a menos que as anteriores sejam conhecidas).

Por outro lado, se há uma parada nos princípios, mesmo assim, as primeiras coisas ainda não são conhecidas, se a única maneira de conhecer cientificamente é através da demonstração. Pois as primeiras coisas não têm princípios anteriores através dos quais são demonstradas. Mas se as primeiras coisas não são conhecidas, segue-se novamente que as coisas posteriores não são conhecidas no sentido estrito e próprio, mas apenas sob a condição de que haja princípios. Pois não é possível que algo seja conhecido em virtude de algo não conhecido, exceto sob a condição de que esse desconhecido seja um princípio. Assim, em ambos os casos, quer os princípios parem

ou prossigam ao infinito, segue-se que não há ciência de coisa alguma.

Em segundo lugar (72b15), ele apresenta o raciocínio daqueles que dizem que há ciência de tudo através da demonstração, porque à sua premissa básica — a única maneira de conhecer cientificamente é pela demonstração — eles acrescentaram outra, a saber, que se pode demonstrar circularmente. Dessas premissas seguiu-se que, mesmo que se chegue a um limite na série dos princípios da demonstração, os primeiros princípios ainda são conhecidos através da demonstração, porque, diziam eles, esses princípios eram demonstrados por outros anteriores. Pois uma demonstração circular é aquela que é recíproca, ou seja, algo que era primeiro um princípio é depois uma conclusão, e vice-versa.

Então (72b18), ele corta as falsas bases desses argumentos. Primeiro, a suposição de que a única maneira de conhecer cientificamente é pela demonstração. Segundo, a afirmação de que é legítimo demonstrar circularmente (72b25).

Ele diz, portanto, primeiro (72b18), que nem todo conhecimento científico é demonstrativo, ou seja, obtido através da demonstração, mas o conhecimento científico dos princípios imediatos é indemonstrável, ou seja, não obtido por demonstração. No entanto, deve-se notar que Aristóteles está aqui tomando *ciência* em um sentido amplo para incluir qualquer conhecimento que seja certo, e não no sentido em que a ciência é contraposta ao entendimento, segundo o dictum de que a ciência lida com conclusões e o entendimento [intuição] com princípios.

Mas que é necessário que algumas coisas sejam tidas como certas sem demonstração, ele prova da seguinte maneira: É necessário que as coisas anteriores, a partir das quais procede uma demonstração, sejam conhecidas de modo científico. Além disso, estas devem, em última análise, ser reduzidas a algo imediato; caso contrário, seria forçoso admitir que existe uma infinidade real de termos médios entre dois extremos — neste caso, entre o sujeito e o predicado. Novamente, teria que se admitir que não se poderiam encontrar dois extremos entre os quais não houvesse uma infinidade de médios. Mas, tal como as coisas são, os médios são tais que é possível encontrar duas coisas que sejam imediatas. Ora, os princípios imediatos, sendo anteriores, devem ser indemonstráveis. Assim, fica claro que é necessário que algumas coisas sejam conhecidas cientificamente sem demonstração.

Portanto, se alguém perguntasse como se possui a ciência dos princípios imediatos, a resposta seria que eles não são apenas conhecidos de modo científico, mas o conhecimento deles é a fonte de toda ciência. Pois passa-se do conhecimento dos princípios para a demonstração da conclusão, sobre a qual a ciência, propriamente falando, se debruça. Mas esses princípios imediatos não se tornam conhecidos por meio de um termo médio adicional, mas sim pelo entendimento de seus próprios termos. Pois, assim que se sabe o que é um todo e o que é uma parte, sabe-se que todo todo é maior que sua parte, porque em tal proposição, como foi dito acima, o predicado está incluído na própria noção do sujeito. E, portanto, é razoável que o conhecimento desses princípios seja a causa do conhecimento das conclusões, porque sempre aquilo que existe por si mesmo é a causa daquilo que existe por meio de outra coisa.